



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MURICI DOS PORTELAS**  
CGC 01.612.596/0001-43  
Praça da Igreja Matriz S/N - CEP - 64.175-000

**LEI Nº 131/2013 DE 30 DE ABRIL DE 2013.**

**Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MURICI DOS PORTELAS**, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a presente Lei:

**DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

**Art. 1º** - Os orçamentos do Município de Murici dos Portelas, Estado do Piauí, referente ao exercício financeiro de 2014 serão elaborados e executados segundo as diretrizes gerais estabelecidas na presente Lei, com base nos princípios emanados da Constituição Federal no Art. 165 § 2º, da Constituição Estadual no que couber, da Lei Federal nº 4.320 de 17.03.1964, da Lei Complementar nº 101 de 04.05.2000 compreendendo,



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MURICI DOS PORTELAS**  
CGC 01.612.596/0001-43  
Praça da Igreja Matriz S/N - CEP - 64175-000

- I - das metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II - orientação para elaboração e execução dos orçamentos;
- III - os Critérios e Formas de Limitação de Empenho;
- IV- diretrizes específicas para o Poder Legislativo
- V - a organização e estrutura dos orçamentos;
- VI - as disposições relativas à dívida pública Municipal;
- VII- os dispêndios de pessoal e encargos sociais;
- VIII - as alterações na legislação tributária; e
- IX- disposições finais.

**Parágrafo único.** Integram esta lei os seguintes Anexos:

- I. De Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal;
- II. De Metas Fiscais; e
- III. De Riscos Fiscais.

## **CAPÍTULO I**

### **Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal**

**Art. 2º** - As metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014 serão especificadas no Plano Plurianual relativo ao período 2014/2017, cujo projeto será encaminhado ao Poder Legislativo Municipal até 31 de outubro de 2013 e deverão observar as seguintes estratégias:

- I - valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais;
- II - austeridade na utilização dos recursos públicos;
- III - equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas;



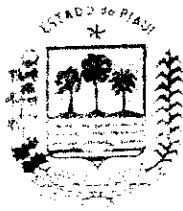
**ESTADO DO PIAUÍ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MURICI DOS PORTELAS**  
CGC 01.612.596/0001-43  
Praça da Igreja Matriz S/N - CEP - 64175-000

- IV – fortalecimento da capacidade de investimento do Município, estimulando o desenvolvimento econômico através da potencialização dos recursos naturais e das suas vocações;
- V – priorização para os projetos de educação fundamental, proteção à criança e adolescente, saúde e saneamento básico;
- VI – empreendimento de ações educacionais, sociais e econômicas para superar as desigualdades;
- VII- utilização dos recursos de publicidade institucional, através da mídia, garantindo a divulgação de programas sociais e educacionais e outros para promoção das potencialidades locais;
- VIII - as prioridades e metas definidas neste artigo terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos para o exercício de 2014.
- IX- Apoiar ações do Poder legislativo que visam dar conhecimento dos seus atos à comunidade, além das ações de defesa da comunidade, exercendo fiscalização e julgamento de sua competência;
- X- desenvolver programas de melhoria da qualidade de vida da população
- XI- Planejar realização de concurso público
- XII- Promover a capacitação de professores do município
- XII- Promover capacitação e qualificação do servidor público municipal

## **CAPÍTULO II**

### **Da Orientação para Elaboração e Execução dos Orçamentos**

**Art. 3º** - Na elaboração, aprovação e execução da Lei do Orçamento para o exercício de 2014, o Município buscará a obtenção dos resultados fiscais previstos nos demonstrativos, parte integrante desta Lei.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MURICI DOS PORTELAS**  
CGC 01.612.596/0001-43  
Praça da Igreja Matriz S/N - CEP - 64175-000

**Parágrafo Único** – As metas fiscais definidas neste artigo e as prioridades de que trata o Art. 2º desta Lei, poderão ser revistas, por ocasião da elaboração do projeto de Lei do Orçamento Anual, considerando-se o comportamento das receitas e despesas municipais, e a definição das transferências constitucionais constantes das propostas orçamentárias da União e do Estado.

**Art. 4º** - No Projeto de Lei do Orçamento Anual para 2014, as receitas e despesas serão orçadas segundo os preços vigentes em junho de 2013.

**Art. 5º** - A Lei Orçamentária promoverá o equilíbrio entre receitas e despesas, ajustando estas últimas à realidade financeira do Tesouro Municipal e ao comportamento efetivo da arrecadação.

**Art. 6º** - A manutenção do nível das atividades terá prioridade sobre as ações que visem a sua expansão.

**Art. 7º** - Os projetos e atividades de prestação de serviços básicos em execução prevalecerão sobre quaisquer outras espécies de ação.

**Art. 8º** - As despesas com o serviço da dívida do Município deverão considerar apenas as operações contratadas, e as prioridades estabelecidas, bem assim as autorizações concedidas, até a data do encaminhamento da proposta da Lei Orçamentária Anual.

**Art. 9º** – Com o propósito de garantir a autonomia orçamentária administrativa e financeira da Câmara Municipal ficam estipulados os seguintes limites à elaboração de sua proposta orçamentária:



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MURICI DOS PORTELAS**  
CGC 01.612.596/0001-43  
Praça da Igreja Matriz S/N - CEP - 64175-000

I – as despesas com pessoal e encargos sociais observarão esta Lei, bem como na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000.

II – as despesas com custeio administrativo e operacional e as despesas com ações de expansão serão realizadas de acordo com a disponibilidade de recursos.

**Parágrafo Único** – Na elaboração de sua proposta, a Câmara Municipal, obedecerá, também, aos princípios constitucionais da economicidade e razoabilidade.

**Art. 10º** – Na elaboração do orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao disposto nos artigos 194, 195, 196, 200, 201, 203 e 212, § 4º, da Constituição Federal, e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I – das contribuições sociais previstas na Constituição Federal;

II – das receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento;

III – do orçamento fiscal.

**Parágrafo Único** – A destinação de recursos para atender despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da descentralização.

**Art. 11** – O Orçamento da Seguridade Social discriminará:

I – as dotações relativas às ações descentralizadas de saúde e assistência social, em categorias de programação específicas no Município;

II – as dotações relativas ao pagamento de benefícios, em categorias de programação específicas para cada categoria de benefício;



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MURICI DOS PORTELAS**  
CGC 01.612.596/0001-43  
Praça da Igreja Matriz S/N - CEP - 64175-000

**Art. 12** – A proposta Orçamentária para 2014 consignará recursos para o Fundo Municipal para a Criança e o Adolescente, em atendimento ao disposto no artigo 203 da Constituição Federal.

**Art. 13** – Ficam os órgãos do Poder Executivo, seus Fundos, Autarquias e Fundações, autorizadas a efetivar convênios e similares no âmbito da sua administração, disponibilizando a necessária contrapartida para o alcance dos objetivos estipulados.

**Parágrafo Único** – A contrapartida de que trata o caput poderá ser reduzida, mediante justificativa do órgão responsável, à execução das respectivas ações, que deverá constar do respectivo processo de concessão da transferência.

**Art. 14** – O orçamento de investimento, previsto no artigo 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, será apresentado para cada empresa em que o Município de Murici dos Portelas, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

**§ 1º** – Para efeito de compatibilidade da programação orçamentária a que se refere este artigo, com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, serão considerados investimentos as despesas com aquisição do ativo imobilizado, excetuadas as relativas à aquisição de bens para arrendamento mercantil.

**§ 2º** – O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:

- I – gerados pela empresa;
- II – oriundos de transferências do Município de Murici dos Portelas, sob outras formas que não as compreendidas no inciso anterior;



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MURICI DOS PORTELAS**  
CGC 01.612.596/0001-43  
Praça da Igreja Matriz S/N - CEP - 64175-000

- III – oriundos de empréstimos de outras empresas;
- IV – oriundos de operações de créditos internas;
- V – de outras origens.

**Art. 15** – Não se aplicam às empresas integrantes do orçamento de investimento as normas gerais da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, no que concerne ao regime contábil, execução do orçamento e demonstrativo de resultado.

**Art. 16** – Na programação de investimentos dos órgãos da administração direta, autarquias, fundos, fundações e sociedades de economia mista, serão observados os seguintes princípios:

- I – os investimentos deverão estar contemplados no Plano Plurianual (PPA) 2014/2017;
- II – não poderão ser programados novos projetos em detrimento dos investimentos em andamento, sendo assim considerados aqueles cuja eventual paralisação implique em prejuízo ao erário ou à população diretamente beneficiada, excluídos, ainda, da vedação, aqueles de natureza emergencial ou indispensáveis ao bem estar da população;
- III – permitam o acesso da população de baixa renda ao conjunto de bens e serviços socialmente prioritários que lhe possibilite a obtenção de um novo padrão de bem estar social;
- IV – contribuam, prioritariamente, para a melhoria da educação, saúde, e saneamento básico;
- V – impliquem na geração de empregos;
- VI – reduzam o desequilíbrio social;
- VII – contribuam para a defesa, preservação e recuperação do meio ambiente;
- VIII – promovam o desenvolvimento econômico de forma sustentável.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MURICI DOS PORTELAS**  
CGC 01.612.596/0001-43  
Praça da Igreja Matriz S/N - CEP - 64175-000

**Art. 17** – Na Lei Orçamentária Anual poderão constar as seguintes autorizações:

I – para abertura de créditos suplementares:

- a) até o limite de 50% do orçamento das despesas;
- b) até o limite autorizado em Lei específica de reajuste de pessoal e encargos sociais;
- c) à conta da dotação de reserva de contingência, nas situações previstas no art. 5º, inciso III da LRF e artigo 8º da Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio de 2001;

II – Realizar operações de crédito por antecipação da Receita até o limite de 7% da Receita Corrente Líquida, observado o disposto nos Arts. 14 e 15 da Resolução nº 43 do Senado Federal;

**Art. 18** – O Prefeito Municipal adotará mecanismos para assegurar a participação da sociedade na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados.

**Parágrafo Único** – Os mecanismos previstos no *caput* deste artigo poderão ser operacionalizados:

I – com audiências públicas com a participação da população em geral, de entidades de classes, setores organizados da sociedade civil e organizações não governamentais;

II – pela seleção conjunta através do disposto no inciso anterior, dos projetos prioritários, por cada área considerada, a serem incorporados na proposta orçamentária do exercício;





**ESTADO DO PIAUÍ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MURICI DOS PORTELAS**  
CGC 01.612.596/0001-43  
Praça da Igreja Matriz S/N - CEP - 64175-000

III – nas audiências públicas serão adotadas formas de comunicação, acessíveis à comunidade, como meio de garantir a participação social democraticamente.

**Art. 19** – Após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo, através de decreto, elaborará programações financeiras, visando compatibilizar os gastos com a efetiva arrecadação das receitas.

**Art. 20** – As dotações para aquisição de mobiliário e equipamentos destinados às atividades da Administração Municipal serão reduzidas ao nível estritamente indispensável.

### **CAPÍTULO III**

#### **Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho**

**Art. 21** – No caso de ocorrer frustração das metas de arrecadação da receita, comprometendo o equilíbrio entre receita e a despesa ou mesmo as metas de resultados, será fixada a limitação de empenho e da movimentação financeira nos termos do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária de 2014 e de seus respectivos créditos adicionais.

**§1º** - Estão excluídas as despesas referentes a:

- I – obrigações constitucionais e legais do ente;
- II – contrapartidas de convênios assinados;
- III – emendas parlamentares;
- IV – precatórios e sentenças judiciais;
- V – pagamentos dos serviços da dívida.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MURICI DOS PORTELAS**  
CGC 01.612.596/0001-43  
Praça da Igreja Matriz S/N - CEP - 64175-000

VII- as despesas com ações vinculadas às funções saúde, educação e assistência social.

**§2º** - A limitação de empenho será operacionalizada, dentre outras formas, através da suspensão do recebimento de requisição de materiais e de serviços e de solicitações de empenhos, por parte da prefeita e do secretário da administração e finanças na administração direta, e por parte dos órgãos de contabilidade.

**§ 3º** - Terão prioridade, como fonte de recursos para limitação de empenho, a adoção das seguintes medidas:

- I- redução de investimentos programados com recursos próprios;
- II- eliminação de despesas com hora extras;
- III- exoneração de servidores ocupantes em cargo de comissão;
- IV- eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;
- V- redução de gastos com combustíveis

## **CAPÍTULO IV**

### **Diretrizes Específicas para o Poder Legislativo**

**Art. 22** - O total das despesas do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos e pensionistas, não poderá ultrapassar o percentual de 7% (sete por cento) relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal efetivamente realizado no exercício anterior.